

Entrevista TELP ao
"Comercio do futuro"



jornalista: Jorge
Alpoim

Fundação Cuidar o Futuro

- nb → enter. idêntica à
do jornal "O Brevê"

14 Abril 1985

P. P. I.

Telefs. 77 57 59 - 73 23 09 • Telex 12494



RECORTES CLASSIFICADOS

IMPrensa DIÁRIA

DIÁRIO DE NOTÍCIAS	
CORREIO DA MANHÃ	
O DIA	
O DIÁRIO	
O PRIMEIRO DE JANEIRO	
JORNAL DE NOTÍCIAS	
O COMÉRCIO DO PORTO	



Fundação Cuidar o Futuro

O Comércio do Porto

DOMINGO

suplemento

REVISTA

14 DE ABRIL DE 1985

**PINTASILGO PROCURA
O SOL DE BELÉM...**

PÁG. 5



DIÁRIO DE NOTÍCIAS	DIÁRIO POPULAR
CORREIO DA MANHÃ	DIÁRIO DE LISBOA
O DIA	A CAPITAL
O DIÁRIO	A TARDE
O PRIMEIRO DE JANEIRO	
JORNAL DE NOTÍCIAS	
O COMÉRCIO DO PORTO	

LURDES PINTASILGO FALOU AO «CP»

A MINHA CANDIDATURA NÃO É DE RUPTURA MAS DE MUDANÇA

Entrevista de JORGE ALPOIM

«A minha candidatura situa-se inequivocamente no quadro da Constituição que nos rege. Ao mesmo tempo, traz consigo uma nova etapa da concretização da nossa lei fundamental. Nesse sentido, não é uma candidatura de ruptura, mas de mudança» — afirmou, em entrevista ao nosso jornal, a eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo, que se assume claramente como candidata às eleições presidenciais deste ano.

CP — Confirma-se a candidatura da sr.ª Eng.ª à Presidência da República?

MLP — A possibilidade da minha candidatura se tomou um facto em vindo a fortalecer-se e a consolidar-se ao longo dos últimos meses. Face à instabilidade política que reina no País e à degradação das condições de vida dos portugueses, é um imperativo ético o exercício das responsabilidades que cada um de nós sente que pode assumir.

CP — A candidatura irá então para a frente quaisquer que sejam as circunstâncias?

MLP — Uma candidatura não é um acto isolado na vida política. A sua concretização tem de corresponder, em primeiro lugar, à existência de um propósito claro sobre o futuro do nosso País. Esse propósito existe e em devido tempo será tomado público.

Mas uma candidatura depende também da avaliação das forças em presença na vida política. Os próximos tempos permitirão afeirar quem é quem nas eleições presidenciais. Penso no entanto que é chegado o momento de pôr de lado a actual fragmentação e caminhar no sentido da convergência e da concertação.

CP — Não se trata então de uma atitude «voluntarista» da parte da sr.ª Eng.ª, levando a sua determinação até às últimas consequências, sem olhar a mais nada?

MLP — Se a atitude é voluntarista, só-lo-á apenas num sentido: o aprofundamento da democracia participativa é um preceito constitucional que reveste, na minha acção política, a forma de um objectivo constante. Sendo assim, não coloco as normas exigidas pela democracia participativa como metas longínquas de um programa. São também essas normas que me guiam na tomada de decisão, que assim não pode deixar de reflectir a participação de todos aqueles que se encontram, de um modo ou de outro, directamente envolvidos na minha candidatura.

CP — Mas um tal processo participativo supõe uma decisão firme da parte da sr.ª Eng.ª...

MLP — Sem dúvida. Ninguém tem o direito de envolver outros numa acção política se não tiver tomado no seu íntimo uma decisão. Decidir com firmeza é uma carta maneira de estarna vida e, assim, de estarna política. Mas a

decisão firme é, também, uma exigência do momento que vivemos. Fazemos face há mais de dez anos a decisões adiadas, a regras pouco claras de funcionamento, a secretismos e jogos de bastidores. Por isso, alastram na sociedade portuguesa a decepção e o desencanto. O horizonte do nosso futuro nacional só pode abrir-se para a esperança se esta for alcançada em actos que traduzam no real as intenções. Ora, para se agir, tem de se saber claramente o que se quer.

PARLAMENTO TEM SIDO CONTROLADO PELOS GOVERNOS

CP — Como explica o facto de o País se encontrar em tal estado de paralisia política?

MLP — O funcionamento meramente mecânico, formal, da democracia representativa apenas nos deu a aparência de estabilidade política.

Duas fortes coligações, assentes na sólida legitimidade democrática da votação popular, não conseguiram traduzir essa força em objectivos claros e rigorosos para a melhoria de vida da população portuguesa. Não cumpriram enquanto Governo os programas que haviam apresentado perante o Parlamento. Este, em vez de controlar o Governo, passou a ser controlado por ele. As coligações foram o palco de constantes sobressaltos, provocados não pelo Parlamento — onde têm assento os representantes dos eleitores — mas pelas questões internas dos partidos e pelo critério patente de permanência no poder a todo o custo.

A «estabilidade política» não tem sido nestes 5 anos senão a estagnação de toda a vida económica e social. A falta de regras claras na vida económica retraiu o investimento e impediu os empresários com iniciativa de se modernizarem e de arriscarem em novos empreendimentos. A vida social conduziu a um estado de coisas em que a fome tem figura humana, em que os pobres se vêem desprotegidos e desempregados, e em que a classe média olha com apreensão o futuro.

CP — Como sair de tal situação?

MLP — É, antes do mais, um problema de entendimento da democracia. A meu ver, a democracia não pode bastar-se a si própria. Ela assenta num conjunto de instituições e no funcionamento adequado dessas instituições. Mas toma-se um mero mecanismo se não for acompanhada de um desenvolvimento orientado para o progresso social e económico do País. A saída para o nosso País só pode residir na nossa capacidade de desenvolvermos plenamente os recursos humanos e materiais que possuímos.

Somos um País com os recursos humanos necessários — gente laboriosa, dedicada, capaz de ter

iniciativa e de fazer coisas novas. Mas toda essa riqueza humana tem de encontrar o enquadramento que a faça multiplicar-se e traduzir-se também em riqueza económica. Para que tal aconteça, é indispensável que a democracia seja a corrente vital que dá as finalidades do desenvolvimento. A verdadeira estabilidade do regime está no dinamismo do desenvolvimento e na articulação constante entre as finalidades do desenvolvimento e o funcionamento das instituições democráticas. É essa tarefa que se impõe a todos os níveis do Estado.

CP — Com que apoios conta?

MLP — Como apoio de homens e mulheres que entendem a acção política como um serviço para o bem da comunidade e que vivem essa acção política com o entusiasmo dos que têm como causa a realização de uma vida melhor para todos.

CP — São boas vontades dispostas...

MLP — Não só, apesar da disponibilidade ser já muito num tempo e numa sociedade onde grassam os clientelismos e as benesses. São homens e mulheres que exprimem a exigência de defender a democracia e dignificar a acção política e de contribuir, através das próximas eleições presidenciais, para uma nova etapa da vida portuguesa. Fazem-no, sobretudo, na convicção de que a vida política portuguesa já não comporta mais partidarismo, sob pena de a democracia sofrer sérios riscos. Quem, por isso, um candidato democrata e independente que possa estabelecer uma relação de saudável convivência com todos os partidos políticos sem excepção, e que dê às forças sociais, já organizadas ou ainda em formação, a certeza de que contam por si próprias e não pelos seus vínculos partidários.

CP — São pessoas com experiência política?

MLP — Alguns são militantes de diversos partidos políticos, portanto gente com experiência política, mas também cidadãos independentes que têm participado na sua maioria, em iniciativas cívicas, culturais e políticas. Claro que uns e outros, não pertencem ao grupo das escassas centenas de pessoas que só entendem a política como uma actividade sectária e negocial. Basicamente são pessoas que acreditam que é possível fazer cumprir a Constituição nas suas regras fundamentais. São pessoas que querem pôr a funcionar o nosso País.

CP — Os partidos políticos olham desconfiados, como sabe, para movimentações que escapam ao seu controlo directo. Não é isso que se está a passar em relação à sua candidatura?

MLP — Temos de nos entender... Os partidos têm obviamente toda a legitimidade para apoiarem uma candidatura se o quiserem

fazer. Mas não podem inverter a lógica constitucional e política substituindo-se à capacidade de juízo e à liberdade de consciência dos cidadãos. De acordo com a Constituição da República os candidatos para as Presidenciais são por natureza cidadãos eleitores e não por partidos. O Presidente da República é o único órgão do poder político central (Presidente da República, Assembleia da República, Governo, Tribunal Constitucional, Conselho de Estado) cuja proposta de candidatura e eleição não requer, constitucionalmente, nenhuma interferência partidária. Assim sendo, penso que o empenhamento dos partidos nas eleições presidenciais é importante mas deve ser feito de tal modo que não descaracterize esta realidade: o Chefe de Estado é um cidadão que é eleito como cidadão, que se apresenta a sufrágio por si próprio.

CANDIDATURA NÃO PODE SER PARTIDARIZADA

CP — O que é que a leva a demarcar — tão definitivamente — a natureza independente da candidatura à Presidência da República?

MLP — Repare, o PR é o único órgão político que por ser unipessoal representa a totalidade dos portugueses. É, por assim dizer, o «procurador» dos interesses de todos os portugueses, ao mais alto nível do Estado. Ora, para que essa representação seja genuína, o processo de candidatura não pode situar-se na estreita dependência partidária. São todos os cidadãos que têm representação através do PR e são apenas os inscritos nos partidos políticos. Não é difícil perceber que a função presidencial seja, logo à partida, distorcida, se os candidatos eleitos se colocassem prioritariamente como emanação da vontade dos partidos.

Uma candidatura independente é aquela que coloca como fundamental a questão da estabilidade, tirando da função presidencial definida na Constituição, todas as suas consequências. Para ser eficaz terá de colocar acima de toda a questão nacional e exigir mais do funcionamento dos próprios partidos. A questão nacional não é a do mero funcionamento da democracia representativa mas sim o encetar de um processo activo de desenvolvimento por vias rigorosamente democráticas.

CP — Com que instrumentos entende que o futuro PR poderá inverter (ou ajudar a inverter) a situação do País?

MLP — A nossa Constituição consagra um regime de distribuição de poderes que confere ao Presidente um papel político determinante. Basta lembrar que o PR é o garante do funcionamento das instituições democráticas, da unidade do Estado e da independência nacional. Parece-me óbvio que estes poderes do PR, se tiverem um conteúdo dinâmico, cons-



tituirão bons instrumentos para ajudar a inverter a situação do País e orientar a nossa Democracia para finalidades sociais de desenvolvimento. Na eficácia do desenvolvimento e na solidez da democracia jogam-se questões que dizem respeito à dignidade do Estado e a que o PR não pode ser alheio.

CP — Isso significa que a Sr.ª Eng.ª gostaria de ser Presidente em regime presidencial?

MLP — Como disse há pouco, considero que o ponto fulcral do regime está no lugar que se é capaz de dar às finalidades e estruturas do desenvolvimento do País na prossecução da vida democrática. Não é o equilíbrio dos poderes institucionais entre os órgãos de soberania que resolve os problemas quotidianos a que os portugueses têm de fazer face. Tais poderes, de resto, não são estáticos. Cada Presidente faz das normas constitucionais a leitura que lhe é sugerida, pela sua experiência pessoal e pela situação social, económica e política em que o País se encontra, no momento em que é chamado a exercer as mais altas funções do Estado.

REVISÃO CONSTITUCIONAL É MAIS UM ALIBI

CP — É então contra a revisão da Constituição no que diz respeito aos poderes dos órgãos de soberania?

MLP — As questões agora levantadas, prematuramente, à volta de uma revisão constitucional parecem-me ser mais um alibi para justificar a estagnação da vida económica e a ausência de vontade política. Por isso, não considero necessário servirmo-nos desse alibi para dar o conteúdo de intervenção necessária à função presidencial no futuro.

Rejeito as duas interpretações maximalistas que aparecem com frequência acerca da forma como deve ser encarada a função presidencial: a que vê a função presidencial como de importância secundária, e a que considera que para se ser presidente tem que se assumir uma perspectiva de ruptura com o regime.

Ora o que está em causa é bem diferente.

É preciso dignificar o Estado pelo exercício democrático da autoridade.

É preciso combater eficazmente a corrupção.

É preciso fazer funcionar a economia e desenvolver o País.

É preciso fazer o urgente aproveitamento dos recursos nacionais tanto materiais como humanos.

É preciso ter uma política externa activa, patriótica e independente em que os graus de dependência inevitáveis sejam riscos calculados sem demora.

É preciso defender a nossa cultura e reformar o ensino. É preciso preparar Portugal e os nossos jovens para o futuro que é a um tempo difícil e estimulante.

Ora tudo isto se faz com trabalho, perseverança, firmeza, honestidade e competência e pode ser feito dentro do actual quadro constitucional.

CP — Sr.ª Eng.ª, isso quer dizer que a sua candidatura traz um projecto de mudança?

MLP — A minha candidatura situa-se inequivocamente no quadro da Constituição que nos rege. Ao mesmo tempo, traz consigo uma nova etapa da concretização da nossa Lei Fundamental. Nesse sentido, não é uma candidatura de ruptura mas de mudança.

Na actual e grave situação da vida portuguesa seria irresponsável da minha parte uma candidatura que não propusesse a clara inversão do processo de estagnação social e económica que tem vindo a corroer a esperança dos portugueses e a criar condições atentatórias da dignidade dos indivíduos e do Estado.

CP — A sua candidatura é apontada como capaz de fracturar o movimento eanista. Será que a Eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo está mesmo disposta a jogar marginalmente ao PRD?

MLP — Repare que, por definição, o partido eanista só tem uma figura forte que faça a sua unanimidade e não o fracture: o General Ramalho Eanes. É natural e legítimo. Por outro lado, o PRD não é só mais um partido. Vai ser, todos os esperamos, um partido novo. Se o for, entenderá de outra maneira o papel dos partidos nas eleições presidenciais. Estará, espera-se, na primeira linha de uma democracia renovada em que liberdade de consciência e de decisão de cada pessoa é um valor supremo.

Aproveitará certamente as eleições presidenciais para devolver aos seus filiados a independência na escolha do candidato que desejavam propor e a capacidade organizativa de se movimentarem para que novas práticas políticas renovem, de facto, a vida portuguesa. É nesse contexto que se percebe, como profunda e patriótica, a razão que tem levado os dirigentes do novo partido a afirmarem que a questão das presidenciais não é prioritária para a sua estratégia política e a actuarem em coerência com essa afirmação.

CP — Sem querer entrar em futilização, como interpreta as eventuais candidaturas de Mário Soares, Alberto J. Jardim ou Meneses Alves?

MLP — Tenho como norma de comportamento político não me pronunciar sobre outras eventuais candidaturas, nem sobre outros quaisquer protagonistas da vida política.